



DEMOCRACIA VIVA 42

MAIO 2009



Palestina, democracia a serviço de quem?

A Palestina, suas terras, lares, hospitais, escolas e vidas humanas foram testemunha de mais de seis décadas de destruição. Da completa destruição de 418 comunidades palestinas, em 1948, ao último ataque violento contra Gaza, que deixou quase 25 mil estruturas em ruínas, a infraestrutura vital palestina tem estado sob constante ataque. O custo humano em pessoas mortas, mutiladas, traumatizadas e aprisionadas é incalculável.

A destruição e o morticínio causados pelas ondas de ataques israelenses ocorrem desde 1947, quando Israel foi criado pela Resolução 181 da Organização das Nações Unidas (ONU). Os poderes imperiais, que naquela época eram maioria na ONU, decidiram ignorar a autodeterminação do povo palestino e – contra a vontade dos representantes palestinos e árabes (e até mesmo da comunidade judaica que vivia na Palestina) – alocaram terras palestinas ao Estado judaico. Desde então, Israel se comporta como um “baluarte da civilização contra a barbárie”, como foi definido por Theodor Herzl, um dos fundadores do sionismo.

Por mais de 60 anos, Israel desaloja o povo palestino de suas terras, destrói seus meios de subsistência, mantendo-o sob ocupação e um regime institucional de discriminação racial. Ironicamente, Israel tem violado todas as resoluções da ONU em relação à Palestina e a pergunta é a seguinte: o que a comunidade internacional está fazendo diante da continuação dos crimes de guerra e das violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado que ela criou?

Chantagens

À comunidade internacional foi atribuído um papel e dada uma direção quando, em 1949, foi criada a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês), para contar e apoiar financeiramente a maior parte dos mais de 6 milhões de refugiados palestinos espalhados no mundo árabe e mais além. Hoje em dia, como em uma reação reflexa, toda vez que Israel comete um crime grave contra os palestinos ou árabes, a comunidade internacional convoca uma conferência de doadores, avalia os danos e promete recursos para a reconstrução.

A última conferência, realizada no Egito, após a carnificina em Gaza, pareceu especialmente generosa, com promessas de recursos para a minúscula Faixa de Gaza que ultrapassaram US\$ 4 bilhões. No entanto, um exame mais detido revela, na Palestina, um exemplo em miniatura da hipocrisia da política internacional.

O Hamas, que efetivamente governa a Faixa de Gaza, não foi convidado, as promessas de recursos foram feitas a Mahmoud Abbas e Salam Fayyad. Nenhum dos dois tem sequer controle nominal sobre a Faixa de Gaza. Do compromisso de US\$ 900 milhões assumido pelos Estados Unidos, a maior parte não está nem alocado a Gaza: US\$ 200 milhões serão destinados para cobrir déficits da administração de Mahmoud Abbas na Cisjordânia e US\$ 400 milhões para projetos do Banco Mundial (muitos deles beneficiam Israel). Embora US\$ 300 milhões estejam destinados a Gaza, seu principal objetivo é solapar o Hamas e estimular as lutas internas na Faixa de Gaza.

Essa ajuda pode nunca chegar ao seu destino, pois Israel exigiu listas detalhadas de quaisquer materiais ou alimentos a serem importados para ajuda humanitária e reconstrução, e está determinado a manter um estrito controle dessa ajuda, garantindo que sirva a seus próprios interesses. Em uma de suas últimas

declarações, a ex-secretária de Estado do governo estadunidense, Condoleezza Rice, apoiou a posição israelense, condicionando a ajuda a uma declaração de princípios do próximo governo palestino que satisfizesse as exigências dos Estados Unidos. A secretária de Estado atual, Hillary Clinton, prontamente assumiu as mesmas posições na conferência do Egito.

Para aqueles no Sul global que tiveram experiência com a “ajuda” do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e doadores internacionais, não é nenhuma surpresa essa chantagem financeira e institucional. O que torna singular o caso palestino é que, pela primeira vez, um movimento de libertação, sem controle efetivo sobre nenhuma parte de seu território, caiu nas garras das instituições financeiras internacionais, sob o disfarce da retórica da “paz”.

O processo de “paz” de Oslo teve início em 1993, com a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que recebeu imediatamente recursos generosos do Banco Mundial. Embora o reconhecimento internacional da ANP e o retorno de muitos líderes da Organização para Libertação da Palestina (OLP) à terra natal parecessem um grande sucesso e um passo na direção da criação do Estado palestino, foi também uma medida necessária para um controle eficaz das finanças e decisões do movimento de libertação palestino. Serviu para transferir para os próprios palestinos muitos custos da ocupação. Assim, com a criação da ANP, a responsabilidade de prover a infraestrutura, atenção à saúde, educação e emprego foi transferida do poder ocupante para os palestinos. Porém, os palestinos ainda não tinham nenhum controle sobre suas fronteiras (e, portanto, sobre o comércio mais básico), água, terras e energia.

Após 1993, aumentaram os confiscos de terras e a construção de assentamentos israelenses. Jerusalém – a capital da Palestina e seu principal centro cultural e econômico – ficou cada vez mais isolada. A Faixa de Gaza foi cercada e o movimento de palestinos entre a Cisjordânia e Gaza ficou mais difícil. O muro do *apartheid*, concebido pela primeira vez em 1996, começou a ser erigido em 2002, e agora isola completamente áreas residenciais da Cisjordânia, terras agrícolas e recursos hídricos, além de separar cada área das outras. O muro, os assentamentos e as zonas militares impedem de forma eficaz o acesso de quase 50% dos palestinos à Cisjordânia, reduzindo os distritos a minúsculos guetos. Muitas pessoas são forçadas a abandonar suas terras.

Com o cerco, as condições em Gaza são terríveis, com grandes áreas sem eletricidade, saneamento e grande parte de sua infraestrutura vital – mesmo se comparadas com a situação nos bantustões¹ da Cisjordânia. Nessas condições, a atividade econômica, sem falar no desenvolvimento, é quase impossível, e os palestinos mergulham cada vez mais na pobreza. Em Gaza, mais de 80% da população vive abaixo da linha de pobreza. Até o momento, as instituições financeiras internacionais e a miríade de agências de ajuda internacionais juntaram-se para ajudar a ANP a cuidar das necessidades do povo nas áreas ocupadas, como agente da ocupação israelense. No entanto, nem as agências doadoras consideram isso uma situação permanente e seus esforços são cada vez mais focados em encontrar uma forma de tornar os guetos economicamente sustentáveis.

Plano para quem?

A última rodada de iniciativas de “paz”, iniciada com a conferência de Annapolis, Estados Unidos, em novembro de 2007, ocorreu depois de meses de um completo congelamento de todos os fundos, após os palestinos terem eleito o governo do Hamas – um partido que não se encaixava no marco que a comunidade internacional havia criado para a ANP. Depois que o Hamas foi substituído, ao menos na Cisjordânia, por Salam Fayyad, um velho amigo dos estadunidenses, que tinha feito carreira no Banco Mundial e no FMI, a situação parecia normalizada. A conferência de Annapolis foi seguida pela de Paris, muito menos discutida, porém, bem mais importante, realizada em dezembro daquele mesmo ano, na qual foram assumidos compromissos de ajuda em quantias recordes ao governo de Salam Fayyad. A conferência de Paris aprovou e financiou o Plano de Reforma e Desenvolvimento da Palestina (PRDP, na sigla em inglês).

Exceto pelo nome, o plano praticamente não tem nada de palestino. Foi escrito pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID, na sigla em inglês) e só muito recentemente foi disponibilizada uma versão do plano em árabe. Os partidos políticos palestinos, o Conselho Legislativo Palestino e a sociedade civil não estiveram envolvidos em nenhuma discussão sobre esse plano estratégico de “reforma” econômica e institucional para o período 2008-2010.

O PRDP impõe um marco à ação da ANP em todos os aspectos. O plano está dividido

em quatro setores estratégicos: segurança e governança, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e assistência humanitária e infraestrutura. Cada um dos setores estratégicos tem seu próprio grupo de trabalho, copresidido por um ministério palestino e uma instituição internacional. De acordo com a ANP, os ministérios “estão aprendendo fazendo o trabalho” com seus copresidentes: o Banco Mundial, a Comissão Europeia, o Escritório do Coordenador Especial da ONU para o Processo de Paz no Oriente Médio e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês). Esses grupos são responsáveis pela implementação e pelo monitoramento, assim como pelas despesas orçamentárias, criando um verdadeiro governo paralelo.

Ao mesmo tempo, os cargos ministeriais da ANP na Cisjordânia foram em grande parte ocupados por “tecnocratas” não eleitos, os quais não prestam conta sequer a um partido. O Fatah foi, em grande medida, alijado do processo decisório e o próprio movimento está se desintegrando em várias facções. Somente Mahmoud Abbas ainda representa o movimento, dando uma enganosa legitimidade palestina à atual ANP. No entanto, desde o início de janeiro, até mesmo seu mandato como presidente da ANP expirou. Assim, ao governo paralelo anteriormente mencionado corresponde um governo não eleito e sem representatividade, eliminando qualquer possibilidade de democracia, prestação de contas e processo decisório independente. A ANP da Cisjordânia não representa nenhuma expressão política palestina que possa questionar o PRDP.

O primeiro item da agenda do PRDP é a “reforma da segurança”. Este é, de longe, o maior item do orçamento e tem como objetivo a criação de quatro forças de segurança bem treinadas. O general estadunidense, Keith Dayton, está encarregado da supervisão desse processo. Ele fez parte do Grupo de Pesquisa Iraquiano que, depois da guerra, recebeu a missão de preparar um relatório provando a existência das armas de destruição em massa no Iraque.

A meta da reforma da segurança é evitar a participação da liderança militar palestina, ainda imbuída de valores nacionais, e gradualmente eliminá-la. Assim, os novos recrutas são treinados pela Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA, na sigla em inglês), na Jordânia, onde recebem uma orientação bem diferente. Como disse o ministro do Interior palestino, ao se dirigir aos novos recrutas: “Você

¹ Cada um dos pseudoestados de base tribal criados pelo regime do *apartheid* da antiga União Sul-Africana (atual África do Sul) para manter os negros fora dos bairros e terras dos brancos, mas suficientemente perto delas para servirem de mão-de-obra barata.



A Escola Internacional Americana em Gaza é um exemplo da ampla destruição da infraestrutura local. Até hoje, dificilmente é permitido entrar em Gaza materiais para reconstrução

não estão aqui para confrontar Israel, o conflito com Israel até agora não levou a nada. Vocês precisam mostrar a Israel que podem fazer o trabalho!” Este trabalho, como vimos durante o ataque à Gaza, é reprimir a população palestina no caso de qualquer levante. Os palestinos que saíram às ruas de Ramalá para protestar contra a carnificina em Gaza foram impedidos pela polícia palestina de chegar perto das forças de ocupação estacionadas em torno da cidade.

O setor de proteção social, que não ultrapassa dois décimos do total das despesas anuais com segurança, está claramente carente de mais recursos, comprometendo até mesmo o que já existia em termos de rede de proteção social. No cenário mais otimista, o PRDP prestará uma eficaz assistência social a 60 mil famílias na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Esse número soa ridículo, pois, mais de 80% dos 1,8 milhão de palestinos em Gaza vivem abaixo da linha de pobreza, assim como cerca de 20% dos palestinos da Cisjordânia.

Apesar disso, uma das primeiras medidas de Salam Fayyad foi forçar os campos de refugiados a voltarem a pagar contas de serviços públicos (como luz e água), o que havia sido suspenso no início dessa *intifada*,² com o

acordo tácito do governo da ANP, para que as pessoas pudessem ter condições dignas de subsistência. Para diminuir os empréstimos líquidos concedidos pela empresa de eletricidade, que não consegue pagar a conta dos fornecedores de energia israelenses, os campos de refugiados são cada vez mais equipados com medidores pré-pagos, resultando em uma rotina de cortes de luz para muitos deles.

No entanto, o efeito dos projetos econômicos e de infraestrutura será o mais duradouro, pois eles vão, efetivamente, “cimentar” a ocupação, o muro e os assentamentos. A espinha dorsal dos planos econômicos é a construção de três distritos industriais, além de uma zona de agronegócios e indústria turística, na área de Belém.

Cerco, exploração e dependência

O projeto turístico na área de Belém simplesmente ignora o fato de que o obstáculo real ao turismo naquela cidade é Israel manter o controle total de todas as fronteiras, do muro e dos postos de controle que circundam completamente a cidade. No lugar de exigir o fim da ocupação de Jerusalém e Belém, a equipe do enviado especial para o Oriente Médio do

² Insurreição popular palestina contra a ocupação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia pelos israelenses.

Provavelmente, os trabalhadores terão de passar pela aprovação das forças de segurança, isto é, terão de provar que ninguém de sua família esteve envolvido na resistência à ocupação

Quarteto,³ Tony Blair, propõe candidamente postos de controle “amigáveis para o turismo”, com faixas separadas para os turistas, evitando que sofram, ou mesmo vejam, as condições humilhantes desses postos, onde aqueles palestinos que tiveram a sorte de conseguir permissões especiais para ir a Jerusalém são conduzidos como gado através de portões metálicos e revistas abusivas.

Também ignora totalmente o fato de que é impossível reativar a base fundamental do turismo – o setor doméstico –, enquanto cada centro urbano importante estiver cercado no seu próprio gueto. Ao contrário, o projeto recomenda a promoção do turismo para “israelenses, jordanianos e árabes”,

que terão melhor acesso àqueles locais do que os próprios palestinos. Ironicamente, no projeto afirma-se que o desenvolvimento da infraestrutura turística em Belém “ajudará a romper o isolamento dos palestinos que não podem viajar para o exterior e a expô-los a novas influências”. Assim, o fato de que a ocupação torna quase impossível viajar para fora da Palestina (como o faz com viagens no seu interior) seria aparentemente compensado por se dar aos estrangeiros um controle israelense mais suave do acesso a Belém. Porém, o mais importante é que o projeto vai aumentar a receita de turismo do poder ocupante, que ficará com a parte do leão dos lucros com os peregrinos e turistas que passarem por seus aeroportos, hotéis e restaurantes.

A mesma dinâmica de maiores lucros para os israelenses, exploração dos palestinos e solidificação da ocupação das terras palestinas é a força motriz dos distritos industriais que estão surgindo ao longo do muro. Por exemplo, o Distrito Industrial de Jenin (JIE, na sigla em inglês) será construído nas terras da vila de Jalame, perto de Jenin, no norte da Cisjordânia. O projeto está em desenvolvimento desde 1998 e é parte integrante do PRDP. O governo alemão se comprometeu com US\$ 10 milhões para o projeto.

A ideia básica é atrair investidores com base no salário de subsistência dos palestinos que vão trabalhar no distrito. Mesmo no

cenário mais otimista, com o máximo de empregos sendo criados no distrito de Jenin, os dados fornecidos pelos planejadores indicam que a renda *per capita* dos dependentes dos empregados do JIE será cerca de US\$ 3,5 por dia, para trabalhadores qualificados, e US\$ 2,9 por dia, para trabalhadores sem qualificação – um pouco acima da linha internacional de pobreza absoluta.

Os proprietários palestinos das terras onde a zona industrial será construída eram anteriormente agricultores, que trabalhavam por conta própria. Agora, suas terras foram confiscadas duas vezes: primeiro, pela ANP para a construção do distrito industrial (1998) e, depois, pelas forças de ocupação para a construção do muro (2003). Esses e muitos outros agricultores cujas terras foram confiscadas formam uma reserva perfeita de trabalhadores empobrecidos e desempregados que podem ser persuadidos a aceitar condições de trabalho que, em outra situação, seriam inaceitáveis.

Como o JIE está localizado diretamente em um posto de controle do muro, isolado por outros postos de controle de outros mercados da Cisjordânia, os empregos criados dependerão inteiramente do mercado israelense. Portanto, as indústrias desse distrito industrial vão depender da vontade da administração israelense para ter acesso aos mercados e o distrito pode ser isolado a qualquer momento, como aconteceu com a zona industrial no norte da Faixa de Gaza.

Além disso, os termos do estabelecimento desse distrito comprometem a soberania palestina sobre essas terras. A parte norte do distrito industrial coincide com uma zona de segurança para o muro e as forças de ocupação não vão deixar de controlar essa área. Provavelmente, os trabalhadores terão de passar pela aprovação das forças de segurança, isto é, terão de provar que ninguém de sua família esteve envolvido na resistência à ocupação.

O estudo de viabilidade do JIE aceita isso de forma implícita e, de fato, estimula a ANP a formalizar esse arranjo, ou seja, abrir mão da soberania sobre aquelas terras. Isso não tem só consequências políticas, como também econômicas. Nessa área, as leis trabalhistas não serão aplicáveis e essa proteção vai depender dos acordos especiais para o distrito industrial.

Finalmente, um parque agroindustrial, que seria financiado principalmente pela Agência de Cooperação Internacional do Japão

³ Estados Unidos, União Europeia, Rússia, ONU.

(Jica, na sigla em inglês), é o último dos projetos com o objetivo de transformar o povo palestino da Cisjordânia em trabalhadores empobrecidos e dependentes a serviço de Israel, do capital internacional e de uma pequena elite palestina.

A maioria dos agricultores do Vale do Jordão é de pequenos proprietários. Eles não conseguem desenvolver suas propriedades por falta de infraestrutura – uma consequência de 40 anos de ocupação. No lugar de deixar que esses agricultores desenvolvam seus próprios negócios, na visão da Jica, eles irão trabalhar em grandes complexos agroindustriais. Isso acarreta uma série de benefícios: garante que os agricultores serão forçados a abandonar suas terras e torna mais fácil a colonização israelense; gera lucros para Israel e empresas internacionais; e, finalmente, a inclusão planejada dos negócios nos assentamentos assegura que a colonização israelense se tornará um recurso permanente e essencial do Vale do Jordão e de sua economia.

Para além do óbvio

Além de inúmeros pequenos ajustes, esses projetos econômicos visam assegurar a sustentabilidade e lucratividade dos guetos. Um estudo do Centro Peres mostra que uma receita de US\$ 300 milhões originada por esse “desenvolvimento” será embolsada diretamente pelos israelenses, enquanto a comunidade internacional espera reduzir os gastos com a ajuda humanitária e buscar uma suposta solução da questão palestina. Além disso, será criada uma pequena elite de empresários e funcionários, ligados entre si e vinculados a Israel, que de fato vão lucrar com a ocupação. Eles assumirão a tarefa de controlar a maioria empobrecida da população palestina.

Naturalmente, todos esses planos e essas políticas contradizem frontalmente a legislação internacional, que estipula a obrigação de o poder ocupante prover serviços sociais e emprego para a população das áreas ocupadas. A exploração, colonização e inclusão de assentamentos em projetos econômicos são atos ilegais, assim como o confisco de terras e os deslocamentos forçados da população. Porém, isso é quase óbvio demais para ser mencionado.

A distância entre os conceitos de “paz” e “prosperidade” e as reivindicações palestinas por justiça, reparações e libertação fica bem clara na última mudança no discurso

diplomático de Israel. O atual governo israelense demanda uma “paz econômica”, no lugar do Mapa do Caminho. Em outras palavras, a meta é deixar de lado as negociações vazias e se concentrar em completar o sistema econômico e institucional de coerção e exploração.

O único obstáculo é Gaza e a persistência do regime do Hamas na Faixa de Gaza. Nem a continuação do cerco nem os massacres criminosos durante o ataque militar à Gaza no início deste ano destruíram o Hamas ou enquadraram a Faixa de Gaza no marco da “paz econômica” que tentam impor Israel e a comunidade internacional. Grande parte da atual diplomacia e das controvérsias têm o objetivo de tirar vantagem dos recursos da reconstrução para realizar aquilo que os militares israelenses não conseguiram fazer.

Até o momento, os palestinos estão firmes em suas posições, tanto em Gaza como na Cisjordânia. No entanto, eles lutam não somente contra Israel, como também contra seus criadores e apoiadores que queriam ver o “baluarte da civilização contra a barbárie” cravado no coração do mundo árabe. É vital perguntar o que a comunidade internacional e as pessoas de todo o mundo podem fazer para apoiar a luta palestina. A oferta de apoio financeiro e moral é claramente insuficiente e corre o risco de ser até contraproducente.

No lugar disso, o que a sociedade civil e os partidos políticos palestinos defendem é o corte do financiamento vital que permite a ocupação. Os planos internacionais e israelenses vão funcionar enquanto os doadores internacionais pagarem a conta. Israel pode continuar matando, expulsando os palestinos e colonizando suas terras enquanto tiver o capital necessário para isso.

Os movimentos e governos da América do Sul têm mostrado força suficiente para se opor às pressões imperiais e aos ditames do livre comércio e das instituições financeiras internacionais. Em toda a América do Sul, das lutas indígenas no México à campanha continental contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), o povo lutou contra as zonas de livre comércio que resultavam na sua exploração. Muitos desses movimentos assumiram também a causa palestina e os governos sul-americanos têm a obrigação moral de não apoiar Israel e recusar a assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, manchado de sangue palestino. Nenhuma promessa de apoio à Palestina seria capaz de encobrir essa traição fundamental à nossa luta. ■

* **Jamal Juma**

Coordenador da
Campanha Popular
Palestina contra o Muro
do *Apartheid*
<www.stopthewall.org>